

I Jornadas Ibéricas de Aldeias Abandonadas

Aldeias com Futuro: Mosteiro da Ribeira, um caso de estudo

Arquitectura **Sandra Seixas da Silva**
Planeamento: **Margarida Clemente**

Palavras-chave:

A – Plano de Pormenor. **B** – Participação da População. **C** – Consciência de Planeamento Estratégico.

Introdução

A presente comunicação surge no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico Local de Sernancelhe. Este gabinete entrou em funcionamento em Maio de 2004, tendo cessado funções em Maio do presente ano. Era composto por uma equipa multidisciplinar, que abrangia técnicos de diversas áreas, tais como, Arqueologia, Arquitectura, Arquitectura Paisagista, Comunicação Social, Desenho Técnico, Engenharia Civil, Engenharia Geográfica, Informática, Planeamento do Território, Psicologia e Topografia. Este gabinete, tal como outros GTL's existentes no país, foi apoiado pelo Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, no âmbito do qual o Estado apoia gabinetes técnicos locais criados junto das autarquias para elaboração de estudos, projectos e planos, com vista à recuperação dessas áreas. Inicialmente, estes gabinetes operavam nos centros históricos, mas, actualmente, é comum serem criados com o propósito de trabalhar em aldeias.

O mecanismo de intervenção utilizado pelos GTL's consiste, maioritariamente, na elaboração de Planos de Pormenor para essas áreas urbanas degradadas – as aldeias. Foi o que sucedeu no GTL de Sernancelhe, onde foi solicitado, entre outros trabalhos, que se elaborasse o PP de Mosteiro da Ribeira.

Mas o que é um Plano de Pormenor (PP)?

O **PP** é um instrumento de gestão territorial, de natureza regulamentar, que desenvolve e concretiza propostas de organização espacial definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução de infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores. No fundo, este instrumento estabelece uma série de directrizes que passam, nomeadamente, pela definição de parâmetros urbanísticos; pelo desenho urbano; pela regulamentação de indicadores relativos às cores e materiais a utilizar; pela definição de operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes; entre outras. Como se pode constatar estas directrizes assumem uma vertente urbanística.

O que se pretende com esta comunicação é concluir se este é, ou não, o instrumento mais indicado para trabalhar estas áreas, tendo em conta a vertente que adopta!

PP de Mosteiro da Ribeira – Metodologia

Tendo em conta as características de um PP adoptou-se a seguinte metodologia de trabalho, que se divide em 4 fases. A primeira fase corresponde à caracterização da aldeia tendo em conta as várias componentes do território (propriedade, edificado, infra-estruturas, população, economia local, património cultural).

Após a análise global destas componentes efectuou-se um diagnóstico no qual se definem as potencialidades e as deficiências da aldeia. Em seguida, estabelecem-se os objectivos do plano e as respectivas acções que os permitirão alcançar.

PP de Mosteiro da Ribeira – Enquadramentos

Mosteiro da Ribeira é uma pequena aldeia pertencente à freguesia e concelho de Sernancelhe, distrito de Viseu. Localiza-se a poucos Kms da capital de Concelho, junto à EN 226 (Lamego – Trancoso). Dista sensivelmente 50 kms de Viseu e 70 km da Guarda e de Vila Real, sede dos distritos vizinhos.

A sua localização privilegiada, junto às margens do rio Távora, confere-lhe óptimas características para a prática da agricultura, estando integrada numa zona de quintas que se estende desde a vila de Sernancelhe até ao rio.

O cultivo de centeio e de milho foi a principal actividade produtiva da aldeia, à qual está associada a existência de vários moinhos de água que complementavam esta actividade.

Mosteiro da Ribeira nasceu e cresceu à sombra do Mosteiro da Nossa Senhora da Conceição. Mandado erguer, no século XV, por ordem de frades franciscanos. O mosteiro está ligado à vila por um percurso por entre os soutos, que ainda hoje é usado pela população.

No século XVII, este mosteiro passaria para as mãos de freiras devotas de Nossa Senhora da Conceição. Estas, contrariando os preceitos da pobreza franciscana e da exploração da agricultura de subsistência, foram enriquecendo o seu património através quer das leis da aplicação dos dotes das noviças, quer através das possessões, e mesmo até, através da compra. Assim, passaram a pertencer ao mosteiro a maior parte das quintas à sua volta. Algumas alterações foram introduzidas como a construção de uma cerca, em pedra, que contorna uma grande extensão de terreno. A cerca delimita um espaço de clausura para as freiras, que serviria de espaço para o lazer e o convívio ao ar livre. Este, era o espaço onde as freiras podiam ocupar o seu tempo, praticar jardinagem e um pouco de agricultura. A abundância da água confirma-se com a existência de um complexo sistema de água aí

encontrado, desde as minas, os poços e a fonte, até às condutas de água destinadas a abastecer os campos e o próprio mosteiro.

A estrutura do mosteiro era, inicialmente, composta por um conjunto de edifícios, onde se pensam ter coexistido funções distintas: dormitório, claustro, igreja e hospedaria. No seu interior ainda é possível ver alguns elementos, como a roda, onde se deixavam as crianças para as freiras cuidarem e o locutório na igreja, para passarem alguma comida ou outros bens para o interior do mosteiro. No mirante existe, ainda, uma grande chaminé demarcando o espaço da cozinha, pois, curiosamente, apesar de se localizar no primeiro piso pensa-se que o sistema revolucionário de águas satisfizesse o abastecimento e eliminação das mesmas através de condutas específicas.

Este era, de facto, um complexo muito importante na região. Ao nível religioso, a sua forte presença ainda persiste pela presença dos cruzeiros dispostos ao longo do caminho de acesso à vila de Sernancelhe, demarcando a via-sacra para as romarias vindas da vila.

Nos dois séculos seguintes o casario foi-se adensado originando uma rua, que ainda hoje é a imagem da aldeia, e a par foi integrado dentro da cerca construções com diferentes funções como a casa agrícola, a casa do tear e a casa da eira, de forma a colmatar as necessidades.

No século XIX, com a extinção das Ordens Religiosas, decretada em 1834, inicia-se o processo de degradação patrimonial do convento, da igreja e da quinta.

No século passado, com a construção do acesso automóvel à aldeia, despoletou um acrescido interesse para a construção de novas casas neste novo acesso, abandonando o centro da aldeia e, conseqüentemente, esbatendo a vontade de recuperar as casas antigas.

PP de Mosteiro da Ribeira – Aspectos da vida actual

À imagem do que sucedeu por todo o concelho de Sernancelhe, também Mosteiro da Ribeira sofreu as influências dos fluxos migratórios do século XX, sendo hoje povoada por 25 pessoas, maioritariamente idosas e dependentes de reformas e da agricultura de subsistência (14 indivíduos). Os 25 habitantes da aldeia constituem 11 agregados familiares, dos quais apenas 3 são compostos por pessoas em idade activa (5 indivíduos). As 6 crianças existentes pertencem a esses agregados.

Numa breve descrição da situação actual da aldeia constata-se que a paisagem é dominada por espaços agrícolas agro-florestais, onde a cultura em socalcos, principalmente, junto ao rio tem uma grande expressão. A maioria do edificado encontra-se devoluto, mas curiosamente o edificado devoluto é o que apresenta maior interesse arquitectónico, pois constituem bons exemplos de arquitectura popular. O conjunto edificado do mosteiro, constituído pelos edifícios que se encontram no interior da sua cerca, encontra-se em vias de classificação como 'Imóvel de Interesse Público', e é da propriedade de um privado.

Relativamente às infra-estruturas, constata-se a não existência de uma rede materializada de drenagem de águas residuais domésticas, possuindo, todas as habitações, uma fossa como sistema de recolha dos esgotos domésticos. A drenagem das águas pluviais é feita desordenadamente pela via pública. As redes eléctrica e de telecomunicações é aérea, atravessando desordenadamente a via pública, habitações, e terrenos particulares. No que diz respeito à rede viária constata-se que, à excepção da via que liga a aldeia à EN 226, todas as vias apresentam mau estado de conservação.

PP de Mosteiro da Ribeira – Proposta do Plano

Objectivos

Tendo em conta a análise realizada a esta parcela do território estabeleceu-se como objectivo principal a **revitalização socio-económica de Mosteiro da Ribeira, apoiada na valorização dos factores endógenos, promovendo o seu desenvolvimento sustentável**. Para alcançar este objectivo há que operacionalizar uma série de sub-objectivos a que estão associadas as acções concretas do PPMR.

Sub-objectivo 1. Dotar a aldeia de equipamentos, criando atractivos para a fixação de população e de novas actividades

Sub-objectivo 2. Valorização do património cultural

Sub-objectivo 3. Requalificação dos espaços públicos

Sub-objectivo 4. Criação e Melhoria das infra-estruturas

Tendo em conta estes objectivos, as propostas do Plano assentam em 3 vectores de actuação: explorar o património natural, valorizar o espaço público e a salvaguarda do património.

PP - Propostas de intervenção

Em relação ao património natural, o território foi dividido em várias classes tendo em conta o uso do solo e o aproveitamento de espaços verdes como espaços de fruição. Destes espaços destacam-se Espaço Verde Equipado, Espaço Verde de Lazer e Espaço Verde de Utilização Turística. A área denominada por Espaço Verde Equipado corresponde à área adjacente ao edifício da escola primária, que se encontra devoluta, na qual se pretende instalar um centro de apoio/espaço recreativo. A necessidade de definir um novo traçado para a via de acesso à Quinta do Pinto, devido aos episódios de cheias que isolam a quinta, contribui para a criação de um novo espaço de lazer associado ao rio, denominado Espaço Verde de Lazer. Com esta intervenção pretende-se libertar a margem do rio, actualmente ocupada pela via, e transformá-la numa zona de lazer e de contemplação do rio e da paisagem envolvente. A área

correspondente a Espaço Verde de Utilização Turística constitui parte da área circunscrita pela cerca de mosteiro, na qual se pretende o enquadramento de equipamentos de uso turístico.

No campo das Infra-estruturas pretende-se implementar uma rede de saneamento e estender as restantes onde não existem. Em relação às redes eléctrica e telefónica propõe-se que estas sejam enterradas onde tal seja possível. É igualmente proposta a repavimentação dos arruamentos, integrada com a nova rede de escoamento de águas pluviais. O Terreiro e o largo adjacente - Largo dos Tanques - são a grande sala de estar e de visitas da aldeia. Dado o estado de degradação em que se encontram, propõe-se dotar estes espaços de condições que permitam o seu pleno usufruto como espaços de sociabilização.

Como forma de condicionar as intervenções no edificado foram definidas as terapêuticas a aplicar em cada um dos casos, tendo em conta que se pretende a preservação das características de arquitectura popular existentes. As Terapêuticas do Edificado definidas são: reconstrução, alteração, demolição e correcção de dissonâncias. Destas sobressai a Reconstrução que se aplica a todos os edifícios antigos onde é possível repor as características iniciais.

Tendo como objectivo último tentar educar a população na recuperação do edificado, foi elaborado um caderno sobre as técnicas construtivas mais aconselhadas na recuperação do edificado da aldeia. Este caderno decorreu de um estudo aprofundado efectuado às técnicas construtivas do edificado que se assumem como exemplos da arquitectura popular.

Como forma de dinamizar a aldeia e de dar utilidade a alguns dos imóveis devolutos propõe-se a criação de alguns equipamentos, nomeadamente:

- um pequeno núcleo museológico, a instalar no moinho, com o objectivo de dar a conhecer a sua forma de laboração;
- um centro de apoio à população e espaço de convívio social, a funcionar na Escola primária, onde o seu espaço exterior deverá integrar um Parque infantil e um campo de jogos tradicionais;
- um forno comunitário, resultante da aquisição e adaptação de um forno privado, que poderá ser utilizado pelos moradores da aldeia, mas também para os seus visitantes.

Todo o conjunto edificado do mosteiro surge como o ponto nevrálgico da intervenção na aldeia, podendo funcionar como o meio impulsionador de outras intervenções. Acredita-se que a sua reabilitação desencadeará um conjunto de acções que permitirão desenvolver a aldeia. Como tal, propõem-se a reconversão do mosteiro num equipamento turístico, que funcionaria também como uma forma de atrair outras pessoas à aldeia e à região.

A criação e a demarcação de percursos pedestres são mecanismos de incentivo aos visitantes para a descoberta do território. Assim propõe-se a definição de um percurso que conduza o

visitante pelos locais mais emblemáticos da aldeia, de valor cultural e paisagístico. O percurso proposto deve estender-se para o núcleo histórico de Sernancelhe, através da antiga via de acesso à vila que atravessa vastas áreas de soutos.

Temos um plano condicionador das intervenções ao nível do edificado, com projectos definidos para o espaço público e respectivas infra-estruturas, desenvolvendo uma relação estreita com o espaço natural. Ou seja, temos um plano produto!

Participação da população

Mas de que serviria todo este trabalho, quando não houvesse uma relação estreita com a população? Este PP resumir-se-ia a um plano-regulamento se não tivesse a intervenção das pessoas na fase de elaboração e na fase da pormenorização das propostas.

São eles que habitam este espaço, que o conhecem, que o transformam. Nenhuma das propostas aqui exibidas teriam razão de ser se não fossem as pessoas da aldeia... mas eles não são os únicos habitantes daquele território. É necessário ter em conta a opinião de quem vive aquele espaço mesmo sem lá morar, pois muitos são proprietários dos inúmeros edifícios devoluto - é deles que depende o processo de reabilitação da aldeia - são eles que têm o poder de decisão.

Surgiu, então, na equipa uma necessidade de voltar a realizar inquéritos. Mas agora existia uma ânsia de personalizar ao máximo os inquéritos, para que de uma forma natural ficasse claro quais as suas perspectivas para a aldeia. Assim, houve uma pequena alteração da metodologia preconcebida, para que o PP se adequasse ao contexto específico das gentes de Mosteiro da Ribeira.

Nesta fase, em que se pretende limar as arestas das propostas para que todas se moldem entre si, e visto aquando a realização do inquérito socio-económico já terem ficado subjacentes as principais necessidades dos habitantes, pretendeu-se abordar dois grupos diferentes: os que visitavam a aldeia de uma forma regular e o grupo das crianças, cujo descontentamento era-nos transmitido pelos seus avós.

Este foi um subterfúgio ao mecanicismo que envolve a elaboração de um Plano, e foi também a oportunidade de introduzir no PP um pouco de cada um dos usuários da aldeia. Pois, este Plano é para todos, como também é para eles, e não podemos ser apenas nós, os técnicos, a investir o nosso suor para um colectivo que não é indiferente – e também ele quer ser ouvido e quer participar. Também, por isso, não podemos ser os únicos responsabilizados pelo facto do PP não conter matéria produtiva para uma execução eficaz. Está no momento certo de exigir à população a sua participação e induzi-los para que sejam um dos agentes de desenvolvimento do território a que pertencem.

Participação da população - crianças

O inquérito mais sedutor foi realizado às crianças. Pretendeu-se que as seis crianças que viviam na aldeia e que as 19 que a visitavam frequentemente, expressassem através do desenho as suas perspectivas para a aldeia. À pergunta “Se fosse um arquitecto o que gostarias de ver na tua aldeia” surgiram respostas díspares na forma e no conteúdo, dependendo da idade e da relação à aldeia. As crianças das aldeias tinham necessidades concretas, do âmbito do quotidiano, como equipamentos ligados ao lazer e às brincadeiras, como os melhoramentos dos acessos e, sobretudo, como à colocação de um eco-ponto. Numa outra plataforma, as crianças que visitavam a aldeia apresentavam ideias com um ponto de vista mais estratégico, como a recuperação da igreja e do mosteiro, a criação de um posto de ATL, a construção de um jardim zoológico e de parques de estacionamento, e até, a recuperação de casa antigas e a conversão de uma num café.

Foi, também, interessante verificar que alguns desenhos transmitiam as ideias dos pais, que provavelmente não podiam expressar de outra forma, como é o facto de não haver missa.

Participação da população - visitantes

No inquérito aos visitantes regulares, explorou-se a indução à participação na requalificação no património existente. O inquérito foi aplicado aos familiares dos residentes e aos proprietários não residentes, que num total de nove só apenas dois não visitam semanalmente/mensalmente a aldeia. Pretendeu-se: apurar qual o grau de ligação do inquirido com a aldeia; saber a opinião em relação ao vasto património edificado em ruína; e tentar averiguar-se qual a disponibilidade pessoal/profissional para investir, em caso de haver essa possibilidade.

Das respostas obtidas confirmou-se o forte elo de ligação que todos os inquiridos alimentavam pela aldeia, e por isso, era geral o sentimento de angústia pela inércia quotidiana da aldeia. Talvez, como consequência disto, consideraram essencial a recuperação das ruínas para habitação. Relativamente ao edifício do mosteiro e seus anexos, os inquiridos apelam a elementos que lhes proporcionem actividades de recreio/lazer, tais como, café, restaurante, piscinas, parque de diversões e centro de convívio. Outros apontaram uma situação mais concreta - recuperação para turismo rural - e algo que preserve a traça original e que explore as suas potencialidades.

Todos consideram que a aldeia seria um bom investimento, focando a sua beleza natural, a sua pacatez e a necessidade de lhe introduzir novas dinâmicas alterando por completo a actual pobreza social e urbanística.

Portanto, a elaboração do PP proporcionou este bom exemplo de corporativismo a uma escala local, entre os técnicos do planeamento e a população residente e investidora.

Participação da população – investidor privado

Um outro dos objectivos deste inquérito, ainda não focado, foi a aproximação que nos proporcionou de um senhor que já estava a intervir nos montes envolventes, plantando soutos, e que tinha recentemente adquirido o mosteiro. Em forma de apontamento é de salientar que o município de Sernancelhe é considerado a Capital da Castanha. Depois desta subtil aproximação com investidor, este revelou-se interessado nas propostas do plano e incentivou para a constante troca de informação e campos de actuação que tinha em mente. Este investidor, não só tinha adquirido o mosteiro, como também, acrescentou ao seu património várias das casas de pedra.

O constante diálogo com este investidor, em particular, devido à sua grande capacidade de empreendedor, permitiu que o PP se desenvolvesse segundo investimentos privados que raramente são considerados, ou melhor, que raramente são executados, na vida útil do plano. O mosteiro foi o elemento fulcral na origem da aldeia e será, agora, com o turismo rural o responsável pelo renascer desta aldeia.

Casa da Castanha é um símbolo desta aliança entre o investidor e o planeador. Esta ideia foi aceite de imediato. A Casa da Castanha foi apresentada como um programa pensado para um edifício da aldeia que pudesse funcionar como um ponto de intersecção de diferentes rasgos temáticos. Pretendia-se que fosse este o espaço inter modal entre a produção e a comercialização da Castanha, assim como pudesse convergir a área educativa com a área do merchandising do produto endógeno. Existe já, no município, a denominação de origem protegida *Castanha Soutos da Lapa*, que pode ver este, como o momento para a sua exploração. A Casa da Castanha foi assim uma forma de relacionar a construção da aldeia com os soutos da envolvente, integrando a paisagem/produto envolvente na requalificação dos espaços arquitectónicos.

Num outro estrato, a Casa da Castanha pretende estabelecer uma rede programática com a sede de município, onde o percurso pedonal, por entre os soutos, terá a função de fazer a ponte. A par, pode-se encontrar numa das feiras anuais de Sernancelhe, a Festa da Castanha, o mote para abrir outras possibilidades para a divulgação do produto e do território.

Consciência de Planeamento Estratégico

Através da figura de planeamento que é o Plano de Pormenor, embora à escala do núcleo urbano, pretendeu-se alargar o seu campo de intervenção até à escala do município podendo introduzir alguns conceitos de ordenamento estratégico do território. Esta foi uma das estratégias possíveis para sensibilizar os envolvidos que a zona de actuação deve que ser o mais alargado possível para poder enriquecer o plano com a diversidade de propostas, e contudo concordantes.

Através deste plano, capaz de criar mais formas de emprego e atrair outros investimentos, pretende-se actuar em todo o concelho como se de um mecanismo despoletador de desenvolvimento se tratasse. O sucesso de uns transforma-se em exemplo para outros.

Quem sabe se uma das saídas possíveis destes territórios marginais não está na responsabilização dos cidadãos?

O PP de Mosteiro da Ribeira foi e continuará a ser, com certeza, um momento especial do nosso Planeamento onde se evoluíram os principais agentes do território, inclusivamente o poder autárquico. Existe em Portugal um longo caminho a percorrer para que as autarquias se actualizem em matéria de planeamento. Analisando, na generalidade, existem autarquias sem técnicos direccionados para a causa. Os Arquitectos são raros, e dos Geógrafos, Planeadores, Sociólogos, Economistas nunca existem. Existe ainda a noção de que o Engenheiro é capaz de colmatar todas as necessidades, pois é esta formação que extravasa na maioria das Câmaras. Realmente, a tarefa de engenharia era a mais necessária quando o país estava carente de infra-estruturas e da melhoria da qualidade de vida da população, entretanto hoje, ultrapassadas essas falhas advinham-se outros desafios, que previstos no momento certo, lançam o território para outro grau de desenvolvimento, ultrapassando, seguramente, a escala da aldeia, da vila e a cidade. Em suma, é necessário que todos os governantes, do poder local e do poder central, desenvolvam esta capacidade de trabalhar para o futuro, com uma visão mais aberta para os novos temas e as novas formas de abordar o território. É urgente a criação de pretextos em forma de malha de suporte, para que a população possa actuar conscientemente, devolvendo assim, a confiança aos possíveis/futuros investidores. Estas políticas estratégicas são importantes para que todos os esforços envolvidos na revitalização das aldeias tenha uma maior aceitação e divulgação, contribuindo, deste modo, para um interior mais criativo, com maior qualidade de vida e com, seguramente, mais pontos de interesses.

Esta conjuntura só foi possível graças à existência do GTL, acompanhado por um Centro de Coordenação de Desenvolvimento Regional, que é uma equipa residente que trabalha in-locco quotidianamente, contrariamente ao que acontece com a maioria dos gabinetes de planeamento que se fixam nos grandes centros e não disponibilizam técnicos para uma análise particularizada dos territórios rurais em causa. Como resultado temos uma formalização regulamentar do plano, que numa perspectiva puramente física que esquece o carácter social que toda essa matéria simboliza e influencia, não é capaz de suportar as intervenções, por si só, e manter viva a zona a intervir, como acontece nas cidades. As cidades suportam diferentes mudanças, pois constroem-se por múltiplas plataformas temáticas que encadeadas de uma forma já estabelecida são autónomas, podendo até dizer que já ganharam vida própria. Uma realidade é o facto do PP ter sido implementado e formulado para melhor se adequar a contextos urbanos, contudo, ainda, é o único instrumento para trabalhar as aldeias. Não existindo, no mundo rural, as tais estruturas sustentáveis definidas e consolidadas, torna-se imperativo que haja outro tipo de sensibilidade na sua concepção.

A elaboração do Plano de Pormenor de Mosteiro da Ribeira envolveu esforço e dedicação por parte de todos os técnicos. Estes são os peões deste grande tabuleiro do ordenamento. É de todo essencial que os envolvidos sintam o território através do coração. É preciso perceber esta globalidade em que se trabalha. Devemos, por isso, respirar o cheiro dos lugares. Agarrar a multiplicidade com ambas as mãos. Sujar todo o corpo com a sua história. Impregnar todos os poros com as suas histórias. Para que da percepção do pulsar da sua essência possamos pensar os territórios com toda a nossa individualidade, experiência e conhecimento. Pretendemos que produto final seja único e por isso temos que ser capazes de envolver a população com este espírito incentivando à participação activa. Pode-se concluir com o facto de que reside na vontade da população local a capacidade de reverter o processo de exclusão, de pobreza e de estagnação, e compete aos técnicos de planeamento serem capazes de incentivar através de toda o conhecimento/inação/criatividade que possuem.